

## TRAJETÓRIA DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS 2020-2023 REFLEXÃO CRÍTICA

(Texto lido na 20ª Reunião AdD | Secção Regional do Centro, Casa das Caldeiras, Coimbra. 15julho2023)

Caras e caros colegas,

É com muito agrado que de novo temos connosco os presidentes das Secções Regionais – num encontro anual que se repete já pela 3ª vez, embora hoje num formato diferente das anteriores. Obrigada por terem acedido ao nosso convite.

Temos também presentes os arqts Gonçalo Byrne e Paula Santos, presidente e vice-presidente do CDN, assim como Rui Serrano, também membro do CDN, a quem muito agradeço a disponibilidade para se juntarem a nós, nesta reunião que se reveste de especial significado, dado que aqui se encerram, previsivelmente, os trabalhos desta Assembleia no mandato que acompanhou.

Parece-nos, pois, essencial, refletir sobre a trajectória destes três anos, cumprindo um exercício crítico que julgamos indispensável.

### 1.

Nunca será demais lembrar que este mandato foi aquele em que se procedeu à descentralização da Ordem, e que a AdD foi uma peça central nesta *refundação*, quer por integrar representantes das 7 secções regionais, quer pelo inequívoco apoio político ao processo da sua instalação, uma prioridade que a AdD assumiu desde o primeiro momento.

Com toda a complexidade que é inerente a um processo desta natureza, pelas suas atribuições e competências a AdD foi um dos palcos onde a construção de consensos solicitou aos membros um espírito de missão e responsabilidade acrescida, considerando o sentido ético e o bem comum que o âmago deste cargo implica.

Gostaria, assim, de começar pelo reconhecimento daqueles que tornaram possível o percurso do qual Leonor Cintra Gomes nos deixou já um testemunho.

E sendo embora parte interessada - incorrendo, portanto, num vício de forma -, inicio o agradecimento pelos membros desta Assembleia, referindo a sua constante assiduidade (tivemos, sempre, níveis de presença muito elevados) e disponibilidade para participar no pleno cumprimento das tarefas que nos competiram. Foi um período muito exigente, que nos solicitou a presença em 8 reuniões extraordinárias, e apesar das tensões inerentes aos temas que aqui se discutiram e negociaram, foi um coletivo irrepreensível no seu trabalho, inclusive do ponto de vista da urbanidade democrática com que o fez.

Em nome da Mesa – e meu, muito particularmente – quero agradecer a todas e a todos os delegados essa participação responsável, colaborativa e respeitadora da expressão diversa que aqui se manifestou ao longo do tempo.

Naturalmente, essa atitude construiu-se também com a aproximação para a qual nos disponibilizámos: ao longo do tempo conhecemo-nos e descobrimos, mutuamente e com prazer, afinidades inesperadas. As reuniões presenciais foram absolutamente definitivas nessa conquista e, dentro dessa aproximação, as reuniões descentralizadas revelaram-se momentos privilegiados de contacto, troca e estabelecimento de confianças. Estamos muito gratos às Direções Regionais por nos terem convidado e tão bem recebido nas suas sedes. Saliento, ainda, a colaboração que nos dispensaram, e eu, especialmente agradeço às e aos seus Presidentes, a disponibilidade e a simpatia com que sempre responderam às solicitações que lhes fui dirigindo.

Estamos reconhecidos, também, ao Conselho Diretivo Nacional. Ao longo do mandato contámos, assiduamente, com a presença de vários dos seus membros – em particular de Gonçalo Byrne, Carla Lima Vieira e Joana Seixas Nunes - e com a sua total abertura para os esclarecimentos necessários às nossas dúvidas e questões. Estiveram, ainda, várias vezes connosco, acompanhando as Comissões Técnicas - que tão disponíveis se mostraram também às nossas solicitações -, a Paula Santos e o Rui Serrano, que hoje também aqui encontram.

O Dr. Bernardo Pinheiro foi indispensável ao tratamento das questões jurídicas que permanentemente se colocaram – e não apenas na frente mais visível da nossa atividade, mas também na retaguarda do nosso quotidiano que mostrou, frequentemente, bastante intenso. Quero, pessoalmente, agradecer o seu incedível profissionalismo e contínua recetividade, sempre expressos com grande amabilidade.

E, neste momento, um reconhecimento muito especial à Fátima Marques, a nossa secretária continuamente presente, sem horários, sempre simpática para todos nós, a resolver as mil e uma questões que permanentemente lhe colocámos. Sem a Fátima, a AdD não sobreviveria mais de uma semana! Obrigada, Fátima, em nome de todos e pela minha parte especialmente, que tanto a incomodei fora de horas...

Para fechar, será fundamental dizer que sem o entendimento e colaboração conseguidos entre nós, os elementos da Mesa – Leonor, Patrícia, Manuel, eu - as reuniões seriam caóticas... E que sem o compromisso da Leonor, sempre atenta, organizada e muito dinâmica, a nossa atividade teria sido consideravelmente menos interessante e produtiva.

Por fim, tendo embora apenas destacado as mais presentes, quero lembrar que esta Assembleia contou com a disponibilidade e o empenho de uma miríade de pessoas da Ordem, que tendo, de alguma forma, sido ‘invisíveis’ neste percurso, nos foram indispensáveis ao trabalho desenvolvido.

Chegando ao seu termo, estou certa que podemos considerar a nossa missão (eu diria que, bem) cumprida.

## 2.

Mas esta consciência não anula – antes agudiza - a perceção do caminho que ainda será necessário percorrer para que a Assembleia de Delegados atinja o nível de proatividade que todos desejamos, assim se realizando plenamente.

Tal com já tive ocasião de afirmar no Congresso, a AdD revela-se, pela sua própria composição, um lugar onde os múltiplos contextos e geografias em que os arquitetos exercem se podem fazer sentir, e é ocasião para dar visibilidade a matérias relevantes para a profissão e para a cultura disciplinar. Nesse sentido, deve constituir-se como um órgão cada vez mais atento e sensível, estimulando à consideração e debate desses temas, em progressiva articulação com os diversos parceiros e membros da Ordem. Será, assim, fundamental, tornar mais fluida a sua comunicação com a generalidade dos arquitetos e dos próprios órgãos da OA.

E se este foi um mandato muito centrado em torno da implementação da regionalização - que a estrutura da Ordem progressivamente já metabolizou, e que, entre as dificuldades que conhecemos ou adivinhamos se sedimentará em velocidade de cruzeiro -, novos focos de atenção se apresentam no futuro imediato:

De facto, o próximo mandato terá sobre a mesa preparar a adaptação da Ordem ao novo Estatuto – exactamente agora em discussão na Assembleia da República -, que implicará alterações substanciais à sua (tão recente e ainda frágil) orgânica atual.

Nessa prevista alteração - para além da inevitável perturbação que trará ao regular funcionamento de todos os órgãos sociais - a Assembleia de Delegados ver-se-á cometida de uma nova e complexa tarefa: “Elaborar o regulamento de remuneração dos órgãos sociais e o regulamento do provedor dos destinatários, e propor a

sua aprovação ao conselho de supervisão” (conforme o Artº 19, o).

Tal como já fazíamos notar na Recomendação ao Congresso, a AdD (independentemente de pedir aos seus membros uma franca disponibilidade de tempo concreto: o facto de estarmos na 20ª reunião – mais 8 do que seria suposto - espelha a intensidade com que foi necessário estudar temas diversos e reunir), não tem condições para desenvolver devidamente as suas atribuições se não dispuser de apoio técnico específico, tendo em vista reforçar a sua capacidade de análise, sistematização e elaboração de documentos estruturantes. Suponho que reflectir sobre as assessorias necessárias à estrutura funcional da Ordem, nomeadamente à AdD, será um tema indispensável a muito curto prazo.

Com a revisão dos Estatutos, a Ordem corre o risco de enfrentar mais um mandato em que terá de cuidar, atenta, rigorosa e meticulosamente, de si própria, enquanto organismo em transformação. Mas a par com o reforço da sua articulação interna, não poderá deixar de intensificar a comunicação com os membros e, muito evidentemente, fazer ouvir a sua voz na *res publica*, prosseguindo um caminho que temos vindo a conquistar, nomeadamente através da presença pública de Gonçalo Byrne.

Num momento em que as condições materiais e ideológicas da produção da arquitectura sofrem mudanças tão acentuadas, vinculadas a um futuro sabemos complexo e incerto, prevê-se um futuro muito exigente – em tempo e em substância - para uma Ordem dos Arquitectos empenhada na intensificação de uma política de arquitetura e paisagem mais acutilante e mais efetiva: qualificada técnica e culturalmente, inclusiva socialmente, protetora do solo e responsável no consumo de recursos. A Assembleia de Delegados terá um papel essencial no cumprimento deste desígnio.

### 3.

Neste mandato, a AdD, consciente das suas virtualidades e limitações, traduziu os consensos e as divergências intrínsecas à pluralidade e democraticidade da sua constituição. Sem obviar diferenças conceptuais e ideológicas, procurou estabelecer um debate informado - e cordial - dos temas que permearam o mandato, tendo atingido níveis de elevada consensualidade nas matérias que analisou e votou.

Temos consciência que existe um caminho crítico a percorrer no sentido do ajustamento progressivo da sua atuação às instâncias de uma Ordem cada vez mais capaz na defesa da qualidade da Arquitectura e da Paisagem. Será uma trajectória a diversas velocidades simultâneas: algumas mudanças enraizar-se-ão mais lenta e paulatinamente, outras serão bruscas, violentas, e exigir-nos-ão posicionamentos claros e radicais.

Prevê-se, de facto, um futuro muito exigente, mas pleno de potencialidades, que solicitará à Ordem dos Arquitectos e à Assembleia de Delegados todo o seu empenho e entusiasmo crítico.

Acabamos o mandato na convicção de que atuámos conscientes do papel preponderante na definição das políticas da Ordem dos Arquitectos que, estatutariamente, compete a esta Assembleia. Invocando a responsabilidade ética com que nos imbuí, é com esperança na construção desse futuro, com o qual nos continuaremos a sentir comprometidos, que acreditamos ter deixado um legado construtivo àqueles que nos sucederão, a quem desejamos todo o sucesso na etapa a percorrer no próximo mandato.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Maria Manuel Oliveira

(Presidente da Assembleia de Delegados 2020-2023)